



Ata da 40ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos, realizada no dia 05 de setembro de 2008.

Realizou-se, no dia 05 de setembro de 2008, às 10h00, na Sala de Reuniões do Conselho, a 40ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos. Compareceram os conselheiros: **Manuel Cláudio de Sousa, Mario Imura, Clério Rodrigues da Costa, Aldo Pereira de Carvalho, Rosa Ramos, Luciano Shiguero Sakurai, Valentina Denizo (indicada e ainda não designada)**. Constavam da pauta: 1) aprovação da Ata da 39ª Reunião Ordinária; 2) apreciação do Plano de Trabalho para elaboração do EIA/RIMA do empreendimento “Complexo Empresarial Andaraguá”, de responsabilidade da Icipar Empreendimentos Imobiliários, em Praia Grande (Proc. SMA 1.668/2008); 3) apreciação do Plano de Trabalho para elaboração do EIA/RIMA do “Loteamento City Fazenda Acaraú”, de responsabilidade da Companhia City de Desenvolvimento, em Bertioga (Proc. SMA 1.632/2008). Depois de declarar abertos os trabalhos, o **Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho**, submeteu à aprovação a Ata da 39ª Reunião Ordinária, que foi aprovada nos termos regimentais. Passou-se ao segundo item à apreciação do Plano de Trabalho para elaboração do EIA/RIMA do empreendimento “Complexo Empresarial Andaraguá”, de responsabilidade da Icipar Empreendimentos Imobiliários, em Praia Grande (Proc. SMA 1.688/2008). **André Luiz Ursini**, Subsecretário de Relações Empresariais da Prefeitura do Município de Praia Grande, apresentou o projeto, e **Fernando Kertzman**, representando a Geotec, empresa responsável pela elaboração do Plano de Trabalho, informou que ainda não desenvolveu nenhum estudo específico, pois para tanto se utilizaria dos subsídios que seriam oferecidos nesta reunião, e afirmou que o Plano segue o roteiro clássico. O conselheiro **Clério Rodrigues da Costa**, depois de observar que o texto apresentado deveria utilizar a linguagem adequada, ou seja, usar o termo “aeródromo”, e não “aeroporto”, perguntou quem iria administrar o aeródromo, visto ser vedada a exploração comercial desse tipo de empreendimento. **André Ursini** respondeu que poderia ser a própria Infraero, e esclareceu que não poderia cobrar taxas de pouso e decolagem, e que diuturnamente a operação seria feita por instrumentos. Respondendo à pergunta feita pelo conselheiro **Clério R. da Costa** sobre a rota dos aviões, ou seja, se ela passaria pela área residencial, **André Ursini** respondeu que não, que os aviões viriam pela Serra do Mar, e que a aprovação mais complicada era a do espaço aéreo, a qual já fora aprovada pela ANAC, que exigiu, inclusive, que se detectassem os impactos de ruído. A conselheira **Rosa Ramos** colocou duas questões: 1) se foi elaborado estudo sobre a ocupação do entorno e se o Plano Diretor anterior previa esse tipo de empreendimento no local; 2) em relação à educação ambiental, se o foco é direcionado somente ao ambiente de trabalho ou se existe algum projeto que inclua a população. **André Ursini** respondeu que o entorno está bem definido, de um lado há o limite com o Município de São Vicente, que é zona industrial, e do outro, um loteamento antigo, que não faz divisa com a pista, motivo por que o órgão municipal estava construindo um dique para escoamento dos canais de drenagem do loteamento. Respondendo à segunda questão, **Fernando Kertzman** explicou que, numa primeira fase, haverá um trabalho dirigido para os funcionários da obra, numa segunda, para aqueles que trabalharão no empreendimento, e, em uma etapa seguinte, o plano de comunicação social que a prefeitura local já desenvolve será incrementado e adotado pela empreendedora no local. A futura conselheira **Valentina Denizzo** chamou a atenção para a importância de se elaborar um plano, como forma de amenizar os impactos e se adotarem medidas mitigadoras sob o ponto de vista da ocupação logística, da movimentação, circulação, ocupação e serviços que irão se implantar no entorno, em função do empreendimento. **Fernando Kertzman** informou que já existe um novo acesso viário aprovado pela Secretaria do Meio Ambiente, e prevê incremento na circulação local. O conselheiro **Mário Imura** afirmou que o Governo do Estado tem interesse nesse empreendimento, e que suas dúvidas dizem respeito aos seguintes aspectos: se o projeto funcionaria como retroporto (ou seria somente um transbordo) e como seria a circulação de carga. **André Ursini** respondeu: a) que o empreendimento conterà área portuária e produtiva; b) que o Brasil hoje tem condições de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

movimentar 11 milhões de contêineres, mas não possui espaço de armazenamento; c) que a mercadoria não circularia dentro do município, chegaria pelo Porto de Santos, poderia ser produzida ou montada na região e ser escoada por via aérea. Respondendo à questão colocada pelo conselheiro **Mário Imura, André Ursini** declarou que, nesse contexto, haverá uma redução na circulação terrestre de carga na Baixada Santista, que passará a ser por via aérea, e, quanto à infra-estrutura de serviços – bancos, comércio, administração -, é um item que já consta do planejamento. O conselheiro **Aldo Pereira de Carvalho** perguntou se há previsão para estocagem do combustível que será utilizado para abastecimento, ao que **André Ursini** respondeu que a estocagem será feita em tanques suspensos, previstos no projeto. O conselheiro **Clério Rodrigues da Costa**, citando o aeroporto de Congonhas, questionou se serão permitidas residências no entorno do aeródromo, lembrando a questão da segurança, já que estão previstos depósitos de explosivos, e se haverá torre de controle bem como o monitoramento por controladores. **André Ursini** respondeu que, em relação aos operadores de voo, será utilizada a infra-estrutura da Base Aérea do Guarujá, já existente, e em relação à torre de controle, informou que a ANAC ainda não fez tal exigência, mas a mesma será atendida na ocasião em que isso ocorrer. O conselheiro **Luciano Shiguero Sakurai** parabenizou a iniciativa do ponto de vista empresarial, que visa à otimização de todo o sistema, e sugeriu fossem feitos exercícios de modelagem de operação, simulando a capacidade de suporte da estrutura viária com o aeródromo, operando em toda sua capacidade. **André Ursini** declarou que acatava esta sugestão e agradeceu a contribuição. Passou-se ao terceiro item da pauta, qual seja, a apreciação do Plano de Trabalho para elaboração do EIA/RIMA do “Loteamento City Fazenda Acaraú”, de responsabilidade da Companhia City de Desenvolvimento, em Bertioga (Proc.SMA 1.632/2008). **José Pereira Wilken Bicudo**, representando a Companhia City de Desenvolvimento, fez um breve histórico da empresa e do projeto, e **José Prado**, representante da Gaia Consultoria Ambiental, apresentou o Plano de Trabalho. Passou-se à discussão. O conselheiro **Aldo Pereira de Carvalho** ponderou que não havia nenhuma generosidade por parte da empreendedora ao utilizar a maior ocupação permitida da área do loteamento, contrariando princípios do empreendedor. A futura conselheira **Valentina Denizzo** salientou a importância de se conceituarem bem as estratégias de implantação nas três faixas citadas, quais sejam, área de influência indireta, área de influência direta e área diretamente afetada, e inserir o empreendimento no município, i.é, não deixá-lo perdido. A conselheira **Rosa Ramos** fez três perguntas: 1) sobre o poder aquisitivo das pessoas interessadas no empreendimento; 2) sobre a utilização dos recursos hídricos; 3) sobre a estação de tratamento de esgotos. Respondendo às questões formuladas, **José Pereira Wilken Bicudo** explicou que: a idéia quanto ao potencial de utilização das áreas é que ocorra a ocupação máxima possível, mas respeitando-se os limites definidos pela análise ambiental, e que essa ocupação não chegará aos 40% da área total; o empreendimento visa um nicho específico do mercado, de médio a alto padrão aquisitivo, mais interessado no lazer ecológico, do que no lazer voltado para o uso da praia; em relação às estações de tratamento de água e esgotos, o projeto prevê soluções específicas para o empreendimento; a decisão sobre os mananciais a serem utilizados depende dos estudos que estão sendo realizados, incluindo-se aí o Rio Itapanhaú; em relação ao cronograma de implantação, o mesmo ocorre de forma a incorporar as medidas mitigadoras, manejo adequado e impactos sobre novos usos; as construções, numa primeira fase, não terão mais do que cinco níveis; a liberação para uso de 40% da área foi espelhada não só na legislação municipal, mas também na estadual e na federal, considerando-se a legislação sobre corte florestal. O conselheiro **Luciano Shiguero Sakurai** enfatizou que o aspecto que lhe chama a atenção nesse trabalho é a preocupação da equipe com a questão ambiental, e que vê nesse empreendimento uma iniciativa muito boa, um projeto arrojado, e que as sugestões devem ser muito bem aproveitadas. A diretora do DAIA, **Maria Cristina Polleto**, esclareceu que, com certeza, os estudos sobre este empreendimento, localizado no litoral e inserido na Mata Atlântica, devem assimilar todas as sugestões feitas. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos. Eu, **Germano Seara Filho, Secretário-Executivo** do Consema, lavrei e assino a presente ata.